

§2º. Nos casos de retomada, existindo habitação inacabada, o Laudo Técnico individual deverá indicar a necessidade de aplicação da modalidade Aquisição de Materiais de Construção ou da modalidade Recuperação/Materiais de Construção.

§3º. É vedada a concessão de recursos de Crédito Instalação, nos casos em que não sejam observados os procedimentos administrativos de retomada de parcelas.

Art. 48. Em casos excepcionais, as famílias que tenham suas habitações prejudicadas por danos provenientes de casos fortuitos ou força maior, poderão acessar a modalidade Aquisição de Materiais de Construção ou Recuperação/Materiais de Construção, mediante indicação de Laudo Técnico Individual e Planilha Orçamentária.

Art. 49. A modalidade Reabilitação de Crédito de Produção priorizará o atendimento da(s) operação(ões) do Teto I.

Parágrafo Único. Para os casos de haver saldo, após a quitação dos débitos da(s) operação(ões) do Teto I, poderá o mesmo ser direcionado ao pagamento de operações coletivas do Teto II, desde que, em caso de saldo insuficiente para quitação, o excedente seja custeado pelo(s) interessado(s), conforme procedimento a ser definido pelo Instituto Financeira.

Art. 50. O modelo de contrato a ser celebrado com o beneficiário estará à disposição junto ao SIPRA, ou outro sistema que o INCRA adote.

Art. 51. O prazo para operacionalização da modalidade Reabilitação de Crédito de Produção será até 31 de dezembro de 2010.

Art. 52. Em hipótese alguma pode ser utilizada a modalidade Reabilitação de Crédito de Produção apenas para fins de amortização parcial da dívida existente, ou ainda, para quitação de dívidas dispostas em projetos consolidados ou emancipados.

Art. 53. Os documentos elencados no §1º do Art. 22 poderão ser substituídos por cópia provenientes de banco de dados, quando as operações forem realizadas de forma on line, durante todo o procedimento processual.

Art. 54. Os casos omissos na presente Norma de Execução são dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Art. 55. Os Anexos desta Norma de Execução serão publicados na íntegra em Boletim de Serviço da Autarquia.

Art. 56. Esta Norma de Execução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Norma de Execução/INCRA/SD/Nº 67, de 29 de novembro de 2007, publicada no DOU Nº 230, de 30 de novembro de 2007.

CESAR JOSÉ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

PORTARIA Nº 35, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo Nº 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado SERINGAL BARRO ALTO/EXTREMA, com área de 6.018,6895 (seis mil e dezoito hectares, sessenta e oito ares e noventa e cinco centiares), localizado no município de Rio Branco, no Estado do Acre, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, pelo Decreto do dia 15/01/2008, cuja imissão de posse se deu em 11/11/2008; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR.14/Nº 54260.001307/2008-51 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Seringal Barro Alto/Extrema, com área de 6.018,6895 (seis mil e dezoito hectares, sessenta e oito ares e noventa e cinco centiares), localizado no município de Rio Branco, no Estado do Acre, que prevê a criação de 185 (cento e oitenta e cinco) unidades agrícolas familiares;

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento - PA BARRO ALTO, código SIPRA AC0148000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-DD do INCRA.

CARLOS AUGUSTO LIMA PAZ

PORTARIA Nº 36, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo Nº 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado SERINGAL PORONGABA, com área de 5.148,9112 (cinco mil e cento e quarenta e oito hectares, noventa e um ares e doze centiares), localizado nos municípios de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, pelo Decreto do dia 19/10/2007, cuja imissão de posse se deu em 05/11/2008; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR.14/Nº 54260.001308/2008-04 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado SERINGAL PORONGABA, com área de 5.148,9112 (cinco mil e cento e quarenta e oito hectares, noventa e um ares e doze centiares), localizado nos municípios de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, no Estado do Acre, que prevê a criação de 84 (oitenta e quatro) unidades agrícolas familiares;

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE PORONGABA, código SIPRA AC0149000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-DD do INCRA.

CARLOS AUGUSTO LIMA PAZ

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo Nº 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006;

CONSIDERANDO a Resolução / BACEN / N.º 2.629, de 10 de agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO a Norma de Execução/INCRA/SD/Nº 67/2007, que dispõe sobre a concessão de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes à matéria, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento Casulo denominado - PCA CASULO SÃO JOÃO, código SIPRA AC0150000, criado pelo Município de Jordão, no Estado do Acre, com área 2.107,9000 ha (dois mil e cento e sete hectares e noventa ares), visando atender 120 (cento e vinte) famílias de pequenos produtores rurais, administrado pelo Município de Jordão.

Art. 2º Determinar que tal aprovação, permita ao Projeto de Assentamento reconhecido participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas as normas desta Autarquia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO LIMA PAZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 40, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008

O SUPERINTENDENTE REGIONAL, INTERINO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art.21 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 5.735, de 27 de março de 2.006, combinado com o inciso VII do Art. 119 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 069 de 19 de outubro de 2.006, publicada no D.O.U. de 20 de outubro de 2.006;

CONSIDERANDO a necessidade de dar a destinação constitucional ao imóvel rural denominado Fazenda FLOR DO PRATA e SANTA SILVIA, com áreas registradas e encontrada de 1.263,3318 há (hum mil duzentos e sessenta e três hectares trinta e três centiares e dezoito ares) localizado no Município de Pedra Preta, no Estado do Mato Grosso, desapropriada para fins de Reforma Agrária, pelo Decreto de 22 de Dezembro de 2.003, publicada no DOU de 23/12/2003, Carta Precatória Nº 062/2008, cuja imissão de posse se deu em 10 de Julho de 2008, e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo Judicial de Desapropriação Nº 2005.36.00.016711-0, classe 4100, objeto da matrícula Nº R-3 - 4678, folhas 01, Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guiratinga-Mato Grosso, Processo de criação INCRA/SR-13 Nº 54240.002676.2008-08, decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art.1º Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel Rural denominado Fazenda Flor do Prata e Santa Silvia com área registrada de 1.263,3318 há (hum mil duzentos e sessenta e três hectares trinta e três centiares e dezoito ares), localizado no Município de Pedra Preta no Estado de Mato Grosso que prevê a criação de 42 (Quarenta e Duas) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento PA 28 DE DEZEMBRO, Código do SIPRA MT0750000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário.

JOSE VASCONCELOS FIGUERÊDO

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2008

Às dez horas e quarenta minutos, do dia 19 de dezembro de dois mil e oito, em Brasília, Distrito Federal, no Auditório do Térreo do Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, o Ministro de Estado de Esporte Orlando Silva deu início à décima oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte-CNE, agradecendo a presença dos Conselheiros Titulares: Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Wadson Nathaniel Ribeiro; Secretário Nacional de Esporte Educacional, Júlio César Monzú Filgueira; Secretária Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Lazer, Rejane Penna Rodrigues; Representante do Comitê Olímpico Brasileiro, Marcus Vinícius Simões Freire; Representante da Comissão Nacional de Atletas, Cyro Marques Delgado; Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e de Lazer, Rogério Aoki Romero; Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer, José Alberto Saraiva Fernandes; Presidente do Conselho Federal de Educação Física, João Batista Andreotti Gomes Tojal; Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Fernando Mascarenhas; Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes do Desporto, Paulo Rogério Sabioni; Representante dos Clubes Sociais, Edson Garcia; Representante do Esporte Nacional, Alberto dos Santos Puga Barbosa; Representante do Esporte Nacional, Ana Beatriz Moser; dos Conselheiros Suplentes: Representante Suplente do Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Herval Barros de Souza; Representante Suplente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Sérgio Ricardo Gatto, bem como dos Participantes: Bernard Rajzman, membro da Comissão Nacional de Atletas; Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; Carlos Miguel Aidar, membro da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos; Cássia Damiani, Diretora de Programas da Secretaria Executiva; Djan Garrido Madruga, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Eduardo Henrique De Rose, Presidente da Comissão de Combate ao Doping; Fábio Roberto Bueno, Secretário Municipal de Esportes de Brotas, São Paulo; Humberto Aparecido Panzetti, Presidente da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto; João Ghizoni, Assessor Especial do Ministro; João de Jesus, Vice-Prefeito de Brotas, São Paulo; João Luiz dos Santos Santos, Assessor do Ministro; Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física; Júlio Capparelli Bittencourt, membro da Assessoria de Comunicação; Luiz Cesar Cunha Lima, Presidente do Tribunal de Justiça Desportivo Universitário do Distrito Federal; Maristela Medeiros das Neves Gonçalves, Assessora Especial do Ministro; Paulo Marcos Schmitt, membro da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos; Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e Wladimir Camargos, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte. Comunicou a justificativa de ausência do Conselheiro Brig-do-AR Luis Antonio Pinto Machado, Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil, que não pôde comparecer por motivo de viagem oficial. Informou que o Conselheiro José de Assis Aragão, Representante do Desporto Nacional não justificou sua ausência. Lastimou o Presidente a recente morte do Professor Doutor Manoel José Gomes Tubino, Presidente da Fédération Internationale D'Education Physique, Membro do Conselho da Association Internationale Des Ecoles Supérieures D' Education Physique, Membro da Association Internationale Des Ecoles Supérieures D' Education Physique, Membro da Comissão de Assessoria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Membro Conselheiro da International Council For Sport Science And Physical Education, Membro Conselheiro da International Council Of Sport Pedagogy, da Prince Faissal Prize, Professor Titular da Universidade Castelo Branco e Membro da Academia Brasileira de Ciências Sociais. Lembrou o Ministro que Tubino foi Secretário de Educação Física e Desporto por dois mandatos, em mil novecentos e oitenta e sete e mil novecentos e oitenta e nove; presidiu o antigo Conselho Nacional do Desporto, o CND, de mil novecentos e oitenta e cinco a mil novecentos e noventa e presidiu o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, no ano de mil novecentos e noventa e nove. Foi Vice-Reitor da Universidade Gama Filho de mil novecentos e noventa e dois a mil novecentos e noventa e oito. Publicou vinte livros e mais de trezentos trabalhos. Proferiu mais de seiscentas conferências no Brasil e em outros vinte e cinco países. Ressaltou seu último título publicado, o Dicionário Enciclopédia Tubino do Esporte. Grande homem público, grande personalidade do esporte brasileiro, enalteceu Orlando Silva. Convidou os presentes a guardarem um minuto de silêncio em memória do recém falecido. Encerrada a homenagem, o Ministro salientou que o principal objetivo desta reunião seria dar posse aos novos membros do CNE, em virtude do fim de mandato de vários Conselheiros, em fevereiro deste ano. Comentou que o ano de dois mil e oito foi atípico para o Conselho por diversos motivos e destacou: por se tratar de ano olímpico e pelas Eleições Municipais, eventos que envolvem sobremaneira vários membros deste Fórum. Lembrou, também, que na reunião passada foi constituída uma Comissão Especial para estudar a nova composição do CNE, dentre outras tarefas, complementando que o trabalho da Comissão se aprofundou e, por isso, só agora concluiu seu Relatório Final. Assim, por esses motivos não foram realizadas as reuniões originalmente previstas para o ano em curso, justificou. Declarou que agora, com as novas atribuições propostas pela Comissão Especial, o CNE se tornará mais ativo, eficaz e efetivo em sua participação nas políticas públicas do esporte. Ao apresentar a pauta proposta para a reunião indagou aos membros presentes sobre algum informe extra pauta.



Solicitaram acrescentar informações o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento Djan Madruga e o Presidente do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte - CBCE Fernando Mascarenhas. Propôs, ainda, o Ministro, a antecipação da homenagem aos Conselheiros que concluíram seus mandatos para o item três da pauta. Votada à proposta de pauta com as alterações e inclusões propostas, todos aprovaram. Passando ao item dois da pauta o Ministro apresentou os novos membros: Marcus Vinícius Simões Freire, representante do Comitê Olímpico Brasileiro; Cyro Marques Delgado, representante da Comissão Nacional de Atletas; Rogério Aoki Romero, representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; João Batista Andreotti Gomes Tojal, representante do Conselho Federal de Educação Física; Paulo Rogério Sabioni, representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes do Desporto; Edson Garcia; representante dos Clubes Sociais; e os representantes do esporte nacional Alberto dos Santos Puga Barbosa e Ana Beatriz Moser. Anunciou também que o senhor Herval Barros de Souza representante suplente do Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento estava presente em função do titular estar oficialmente em período de férias e, ainda, a presença do senhor Sérgio Ricardo Gatto, suplente do representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Agradeceu a todos por terem aceitado a missão de representar o esporte nacional no Conselho e formulou votos de sucesso no novo desafio. Passada a apresentação, o Ministro do Esporte chamou os membros que concluíram seus mandatos para uma singela homenagem, entregando a cada um uma placa e agradecendo pelos relevantes trabalhos prestados à Nação e, em especial, ao esporte brasileiro. Passou a palavra ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro Carlos Arthur Nuzman, que em nome dos demais agradeceu pela oportunidade de terem participado, bem como declarou que se colocavam à disposição para contribuírem sempre que fosse necessário. O Ministro, em seguida, passou a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério Wadson Ribeiro para apresentação do Relatório Final da Comissão Especial. Ribeiro aproveitou para agradecer aos Conselheiros que estão se despedindo e cumprimentar os que se apresentam para o trabalho no Conselho. Sobre o tema da pauta o Secretário informou que foi necessário todo esse tempo de serviço para que a Comissão apresentasse uma análise detalhada do trabalho do Conselho e propostas consistentes. Disse, ainda, que durante o trabalho os membros da Comissão se depararam com várias demandas advindas dos diversos segmentos representados: maior periodicidade de reuniões, mais diversidade nas representações do Conselho, uma presença maior de membros do sexo feminino e maior representação governamental. Informou que da análise da Comissão Especial, será necessário rever também as Comissões que funcionam no âmbito do Conselho, pois muitas já concluíram suas tarefas. Acrescentou, também, que a Comissão elaborou um projeto de lei, revendo as competências e aumentando a composição do CNE, de vinte e dois para trinta e seis membros, bem como foi proposta uma alteração da Portaria noventa e oito, que indica a composição do Conselho, descrevendo detalhadamente as representações do segmento esportivo, governamental e da sociedade civil. Finalizou, que foi elaborado, ainda, um perfil para os membros indicados pelo Conselho para a Comissão Técnica que trata do Incentivo Fiscal para o Esporte, inclusive com a preparação de minuta de alteração do Decreto seis mil, cento e oitenta, que regulamenta a Lei do Incentivo, prevendo a indicação de suplentes. Após, propôs o Secretário-Executivo que na primeira reunião do ano vindouro, em março, sejam indicados os novos membros para a Comissão Técnica de Incentivo Fiscal. Informou sobre o projeto de lei cinco mil, cento e oitenta e seis, que tramita no Congresso Nacional, cujo relator é o Deputado Federal José Rocha, do PR da Bahia, o qual propõe alteração da Lei nove mil, seiscentos e quinze, que estabelece normas gerais sobre o esporte. Na oportunidade, afirmou que a intenção do Ministro é encaminhar para o Relator desse projeto as alterações aprovadas pelo Conselho. Então, a Conselheira Ana Moser propôs que fosse incluído no perfil dos membros da Comissão Técnica de Incentivo Fiscal para o Esporte, pessoas que representassem as diferentes formas de manifestação esportiva. Marcus Freire, representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB propôs que os membros do CNE não participem da Comissão Técnica. Edson Garcia, representante dos clubes esportivos discordou do representante do COB quanto à participação de membros do CNE, por acreditar que o conhecimento dos membros poderia contribuir com o trabalho. O Ministro Orlando Silva explicou que na proposta apresentada pela Comissão Especial consta uma representação no Conselho para uma Secretaria Nacional do Futebol, proposta que vem sendo defendida pelo Ministério do Esporte perante a equipe do Governo. Entretanto, para não prejudicar a proposta em estudo de composição do CNE, sugeriu que fosse resumido para representantes das Secretarias Nacionais e assim seriam todas representadas, independente do número de unidades administrativas acrescidas ao Órgão. Também sugeriu o Ministro que as representações da sociedade civil não fossem detalhadas, ficando apenas indicadas como representantes da sociedade civil. O Ministro pediu a compreensão de todos para sua saída, em função da necessidade de viajar para o Rio de Janeiro com a finalidade de comparecer à cerimônia de sepultamento do Professor Manoel Tubino. Também se ausentaram o Presidente do COB, o Presidente do CONFEF, o Senhor Carlos Miguel Aidar e o atleta Bernard Rajzman, todos pelo mesmo motivo. Assumiu a presidência do Conselho Nacional do Esporte o Secretário-Executivo Wadson Ribeiro. O Professor João Batista Tojal, representante do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, salientou que é importante determinar quem fará as indicações. O representante dos Gestores Municipais de Esporte, Alberto Saraiva, solicitou a inclusão de um representante do Sistema S e declarou que não via impedimento para a presença de membros do CNE na Comissão Técnica de Incentivo Fiscal. O Senhor Herval de Souza sugeriu que a indicação de representantes da sociedade civil fosse feita pelos participantes da Conferência Nacional do Esporte. O presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE Fernando

Mascarenhas, como membro da Comissão Especial, declarou que a proposta ali apresentada foi fruto de intenso debate e que, portanto, propunha que não fosse alterada, pois significava o consenso entre os segmentos representados na composição da Comissão Especial. O representante da Organização Nacional das Entidades Nacionais do Desporto - ONED, Paulo Sabioni, declarou-se contrário à exclusão de membros do CNE na Comissão Técnica de Incentivo Fiscal e favorável a não generalização dos representantes da sociedade civil, explicando que teme que haja uma concentração por segmento representado no Conselho. O Secretário Nacional de Esporte Educacional Júlio Filgueira analisou que o consenso poderia ser a proposta do Senhor Herval de Souza, levando a decisão para a Conferência Nacional, evidentemente sob regras que estabeleçam limites para evitar a concentração por segmento. Considerando que o debate já havia esgotado as dúvidas, o Secretário Wadson Ribeiro passou à apresentação de três propostas para votação. A primeira sobre a possibilidade de membros do CNE comporem a Comissão Técnica de Incentivo Fiscal. A proposta foi votada e oito membros foram contra e sete a favor. Portanto, foi aprovado que os membros do CNE não serão indicados para a Comissão Técnica de Incentivo Fiscal, ficando já acertado entre os Conselheiros que a nova indicação será encaminhada à pauta da próxima reunião, em março do ano vindouro. No que diz respeito à segunda proposta para votação o Secretário-Executivo sugeriu que as representações da sociedade civil ficassem como estão no Relatório Final da Comissão Especial, detalhadas por segmento e que a denominação dos Secretários Nacionais fosse agrupada como representantes das Secretarias Nacionais. Todos concordaram. Com relação à terceira proposta para votação foi apresentada a sugestão do Conselheiro Alberto Saraiva de acrescentar uma representação do Sistema S. Todos concordaram, ficando dessa forma aprovada a composição de trinta e sete membros no CNE. O Conselheiro Alberto Puga lembrou que o projeto de lei que hoje tramita na Câmara dos Deputados evidencia a discussão sobre a prática esportiva nacional, portanto a discussão da nova formatação do CNE é oportuna. Dando seqüência aos itens da pauta o doutor Eduardo Henrique De Rose, presidente da Comissão de Combate ao Doping, apresentou a proposta de alteração da Resolução número dois, de dois mil e quatro, que instituiu normas para o controle da dopagem, elaborada pela Comissão. Apresentou, ainda, a nova Lista de Medicamentos e Métodos Proibidos para o ano de dois mil e nove. Solicitou ao Secretário-Executivo que fosse incluído como membro da CCDP um representante da Polícia Federal, para auxiliar na articulação que se fará no âmbito do controle da dopagem mundial, hoje liderada por membro da Interpol (International Criminal Police Organization) que foi inserido no Conselho da Agência Mundial Antidoping - AMA - WADA. Marcus Freire apoiou as propostas encaminhadas pelo doutor De Rose, ressaltando que conhece a importância do trabalho de combate à dopagem em detalhes, por sua representação na Comissão de Atletas da WADA. Humberto Panzetti lastimou que nos últimos dois anos não foram feitos controle de dopagem nos esportes não olímpicos e não paraolímpicos. De Rose explicou que o Governo não destinou orçamento para o controle de dopagem nos últimos dois anos e que os movimentos olímpico e paraolímpico o fizeram com recursos de outras fontes, em virtude de serem obrigados por conta da realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio dois mil e sete. O Secretário-Executivo colocou as propostas em votação. Todos concordaram. Wadson Ribeiro informou a renovação da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos - CEJD, cujo presidente, o Consultor Jurídico Wladimir Camargos, estava presente, o qual foi encarregado de assumir como primeira tarefa da Comissão estudar a proposta de alteração do Código Brasileiro de Justiça Desportiva - CBJD, especialmente quanto ao capítulo Da Dopagem, cuja referida documentação foi formulada pela CCDP e encaminhada por decisão do CNE para aquela Comissão. Wladimir Camargos concordou, aceitando o encaminhamento. O Secretário Djan Madruga fez uma apresentação sobre a Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento para o ano de dois mil e nove. A Secretária Rejane Rodrigues declarou que estava presenteando cada membro do CNE com um exemplar do livro Legado dos Mega Eventos Esportivos, recém editado pela Secretaria que dirige. Fernando Mascarenhas destacou a realização do II Congresso Nacional de Bibliografia e Informação Desportiva - CONBID, que ocorreu no período de nove a onze de novembro 2008, pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, também com o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. Ressaltou a articulação ocorrida entre as Instituições de Ensino Superior de Educação Física e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, enfatizando que trinta e uma instituições participaram do evento. Completou noticiando que foi formulada a Carta do II CONBID que fez circular entre os presentes. Registrou o convite para que o Ministro do Esporte compareça no próximo evento que ocorrerá na Bahia, em setembro de dois mil e nove. Alberto Saraiva disse que a Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte - CCNE se reuniu na tarde do dia anterior ao da reunião do CNE e elaborou propostas para a III Conferência Nacional do Esporte. Em nome da Comissão solicitou uma audiência com o Ministro do Esporte para dialogar sobre dois assuntos a saber: o primeiro sobre uma resolução da II Conferência pela qual seria realizado em dois mil e oito o Encontro Nacional, conforme foi avisado aos membros daquela Comissão, o que não aconteceu, por decisão da atual equipe do Ministério do Esporte; o segundo sobre o tema a ser proposto para a III Conferência. Solicitou, também, que na próxima reunião do CNE seja incluído na pauta o tema da III Conferência. O Secretário Nacional de Esporte Educacional Júlio Filgueira aproveitou para informar aos presentes que foram distribuídas informações sobre o programa Segundo Tempo, o qual até o ano de dois mil e dez, por conta de cooperação técnica internacional, vai ser difundido para sete países ibero americanos, destacando dentre eles a Espanha, e para quatorze países africanos, inclusive alguns da Comunidade de Países de Língua Portuguesa,

além da Palestina, Haiti e Timor Leste. Falou sobre o programa Recreio nas Férias que acontecerá em janeiro do próximo ano, em projeto piloto, e a partir de julho já em âmbito nacional. A meta em julho é atingir meio milhão de crianças e adolescentes e em janeiro de dois mil e dez chegar a um milhão de atendimentos. Enfatizou, ainda, que o programa é uma grande colônia de férias, só que de forma concentrada em uma semana de atividades de lazer, recreação e turismo social. Acrescentou que em abril de dois mil e nove será realizado o I Congresso de Esporte Educacional o qual terá como funções a validação dos fundamentos pedagógicos do programa e o debate sobre a Política Setorial de Esporte Educacional. Informou que a realização do evento conta com a parceria do CONFEF. Filgueira aproveitou a oportunidade para noticiar que o programa Segundo Tempo estruturou uma medida inovadora de acompanhamento de suas atividades executado por cento e oitenta pesquisadores de vinte e cinco Instituições de Ensino Superior em dezoito micro-regiões do País, mobilizando um investimento de aproximadamente dezesseis milhões de reais. De Rose comentou que embora a CCDP não seja um órgão executivo, realizou três acompanhamentos de eventos escolares ocorridos na esfera nacional e frisou sua preocupação com a falta de definição sobre a unidade administrativa que concentrará as ações de controle da dopagem no âmbito do Ministério do Esporte. Ana Moser declarou-se preocupada com a falta de integração nas políticas setoriais. O Secretário-Executivo informou que em março o tema central da reunião do Conselho será a III Conferência Nacional do Esporte e que em dois mil e nove serão realizadas quatro reuniões, uma em cada trimestre. Agradeceu a presença de todos e encerrou às treze horas e dez minutos desejando a todos um Feliz Natal e muito sucesso no ano de dois mil e nove.

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 76, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2008

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados em reunião ordinária realizada em 02/12/2008 e reuniões extraordinárias realizadas em 12/12/08, 17/12/2008 e 24/12/2008.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 50, de 19 de março de 2008 e Resolução nº 22, de 28 de maio de 2008, considerando:

a) a aprovação de projetos desportivos ocorrida em reunião ordinária realizada em 02/12/2008 e reuniões extraordinárias realizadas em 12/12/2008, 17/12/2008 e 24/12/2008.

b) a comprovação, pelos proponentes de projetos desportivos aprovados, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007; decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALCINO REIS ROCHA
Presidente da Comissão

ANEXO I

Processo: 58000.002483/2008-22

Proponente: Tênis para Todos

Título: Tênis para Todos - Atividades 2008/2009

Registro/ ME: 02MG018272007

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação

CNPJ: 06.137.246/0001-96

Cidade: Belo Horizonte - UF: MG

Valor aprovado para captação: R\$ 481.138,34

Período de Captação: 26/12/2008 até 31/12/2009

Processo: 58000.003185/2008-50

Proponente: Associação Atlética Ponte Preta

Título: Desenvolvimento Muscular

Registro/ ME: 02SP024332008

Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 46.125.175/0001-26

Cidade: Campinas - UF: SP

Valor aprovado para captação: R\$ 795.144,96

Período de Captação: 26/12/2008 até 31/12/2009

Processo: 58000.003724/2008-51

Proponente: América Futebol Clube

Título: Futebol de Base do América Futebol Clube

Registro/ ME: 02MG010302007

Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 17.297.516/0001-42

Cidade: Belo Horizonte - UF: MG

Valor aprovado para captação: R\$ 2.744.639,80

Período de Captação: 26/12/2008 até 31/12/2009

Processo: 58000.003186/2008-02